

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LUCAS FINAMORE ARAÚJO

**DEBATES EM TORNO DA ATUALIDADE DO CONCEITO DE
CAMPE SINATO**

VIÇOSA - MINAS GERAIS - BRASIL

2018

LUCAS FINAMORE ARAÚJO

**DEBATES EM TORNO DA ATUALIDADE DO CONCEITO DE
CAMPE SINATO**

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Fernando Conde

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2018

BIOGRAFIA

Lucas Finamore Araújo, filho de Rita de Cássia Monteiro da Castro Finamore e de José Roberto de Carvalho Araújo, nasceu em Viçosa, Minas Gerais no ano de 1991. Motivado pelo debate Geopolítico desde a sua formação no ensino básico, iniciou a Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa no ano de 2009. Durante a graduação, trabalhou como Professor de Geografia durante dois anos no Centro Educacional Rainha da Paz, localizado no município de Teixeira, dando aulas para alunos do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º anos do Médio, além disso, ministrou a disciplina de Atualidades para alunos formandos do Ensino Médio. Nos últimos tem trabalhado no atendimento individual de crianças e adolescentes com especificidades de aprendizado, auxiliando no desempenho escolar.

Durante a graduação, as disciplinas que lhe causaram um maior interesse estavam relacionadas entre a Sociologia e a Geografia Agrária, tendo participado como monitor da disciplina Geografia Agrária no segundo semestre de 2017. Nos últimos anos se aproximou da temática da agroecologia e de produtores rurais e de movimentos sociais do campo o que motivou estudar a temática da presente pesquisa, sobre o conceito de campesinato. Também participou do Grupo de Estudos Decoloniais durante o ano de 2017, despertando o interesse de fazer uma pesquisa que não se enquadra nos moldes eurocêntricos de ciência como é o caso da presente monografia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Rita Finamore pelo incentivo e motivação durante a trajetória de graduação. Ao meu pai José Roberto Araujo pela motivação.

Minha companheira Anastácia Ridolfi pelo apoio incondicional, compartilhamento de momentos e experiências.

A minha irmã e aos demais familiares que torceram por essa conquista.

Aos meus amigos que estiveram presentes nas diversas etapas e que demonstram a importância das relações sociais.

Aos professores que contribuíram com o conhecimento compartilhado. A Marilda Teles Maracci pela oportunidade de participar e estagiar no grupo de estudos decoloniais e ser monitor de Geografia Agrária compartilhando da utopia de uma ciência nova. Ao orientador Fernando Conde pelas contribuições no trabalho, pelo apoio pessoal e amizade.

RESUMO

Observa-se um dilema no discurso desenvolvimentista do capitalismo na agricultura, onde se considerava que o campesinato estava com seus dias contados frente a intensa mercantilização, mas na verdade o que se nota são mecanismos de resistência e afirmação, mantendo-se sua natureza social. Nesse sentido, o presente estudo busca trazer um debate sobre a atualidade do conceito de campesinato. Para isso, a discussão foi dividida em três capítulos. No Capítulo 1 traz um recorte histórico da evolução do conceito de campesinato, bem como das diferenças acerca do conceito ao longo da história, como o campesinato é enxergado nas diferentes óticas. No Capítulo 2 são abordados os debates sobre as diferentes interpretações sobre o conceito de campesinato e a influência nas políticas públicas, bem como tais visões influenciam na configuração do campo brasileiro. Para isso, inicialmente é trazido uma contradição ocasionada pelo campesinato dentro do sistema econômico hegemônico. Na sequência, são apresentadas as consequências desse discurso no Brasil e os vieses alternativos como a visão do campesinato pela agroecologia. No Capítulo 3, é apresentado o Plano Camponês - PC e sua história de construção. O Plano Camponês foi construído pelo Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, em conjunto com intelectuais e militantes sociais a partir das demandas dos movimentos sociais do campo brasileiro, ressaltando a valorização do conhecimento tradicional, apontando propostas e demandas dos camponeses.

ABSTRACT

A dilemma is observed in the developmental discourse of capitalism in agriculture, where it was considered that the peasantry had its days counted against the intense commodification, but in fact what is noticed are mechanisms of resistance and affirmation, maintaining its social nature. In this sense, the present study seeks to bring a debate about the actuality of the concept of peasantry. For this, the discussion was divided into three chapters. In Chapter 1 it brings a historical cut of the evolution of the concept of peasantry, as well as the differences about the concept throughout history, as the peasantry is seen in the different optics. In Chapter 2 the debates about the different interpretations about the concept of peasantry and the influence on the public policies are discussed, as well as these visions influence the configuration of the Brazilian field. For this, initially a contradiction is brought about by the peasantry within the hegemonic economic system. In the sequence, the consequences of this discourse in Brazil and the alternative biases are presented as the vision of the peasantry by agroecology. In Chapter 3, the Peasant Plan - PC and its history of construction are presented. The Peasant Plan was built by the Small Farmers 'Movement (MPA), together with intellectuals and social activists, based on the demands of the social movements of the Brazilian countryside, highlighting the valorization of traditional knowledge, pointing to the peasants' proposals and demands.

LISTA DE SIGLAS

MPA – Movimento de Pequenos Agricultores

PC – Plano Camponês

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SCP – Sistemas Camponeses de Produção

SUMÁRIO

BIOGRAFIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE DE SIGLAS	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 DEBATES SOBRE O CONCEITO DE CAMPESINATO	3
1.1 - Delimitação do Conceito de Campesinato	3
1.1.1 - Condição Camponesa	6
1.2 - Matriz de Pensamento Popular Latinoamericano	7
1.3 - Estudos clássicos do campesinato	9
1.3.1 - O Narodnismo Russo	9
1.3.2 - O Anarquismo Agrário	11
1.3.3 - Agronomia Social de Chayanov	13
CAPÍTULO 2 ATUALIDADES DO DEBATE SOBRE CAMPESINATO	15
2.1 - O campesinato e a sua relação com o Desenvolvimento Agrário Brasileiro	16
2.2 - Campesinato e Agroecologia	17
2.3 - Campesinato e Agricultura Familiar	20
CAPÍTULO 3 O PLANO CAMPONÊS DO MOVIMENTO DE PEQUENOS AGRICULTORES	23
3.1 - Soberania territorial e mudança na estrutura agrária	24
3.2 - Soberania Alimentar	25
3.3 - Sistemas Camponeses de Produção (SCP)	26
3.4 - Mudança de Paradigma Científico e Tecnológico	27

3.5 - Soberania do Saber	27
3.6 - Educação Camponesa	28
3.7 - Organização dos Camponeses	29
3.8 - Cooperativismo Camponês	30
3.9 - Políticas Públicas para a Agricultura Camponesa	31
3.10 - Moradia Camponesa	32
3.11 - Comercialização da Produção Camponesa e Abastecimento Popular	33
3.12 - Nova Matriz Energética	33
CONCLUSÕES	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

INTRODUÇÃO

Este estudo não pretendeu trazer todas as correntes que abordam ou delimitam o conceito de campesinato, muito menos trazer uma delimitação deste conceito, visto que o mesmo é um conceito transistêmico, não delimitável, de um sujeito ou classe milenar.

Pode-se dizer que a orientação teórica dominante está subordinada a dinâmica econômica, fazendo com que certas correntes epistêmicas do desenvolvimento da história sejam invisibilizadas e populações acabem sendo marginalizadas, como é o caso do camponês. Essa invisibilização do camponês favorece a manutenção da estrutura agrária em benefício dos agentes do capital. A utilização do termo agricultura familiar em políticas públicas mostra o interesse político na supressão do campesinato, sendo que os movimentos sociais do campo em sua maioria buscam a utilização da terminologia campesinato.

Ao utilizarmos uma perspectiva de natureza holística e contrária à visão totalizante da história, nota-se a diversidade de posições que envolvem o debate do conceito de campesinato e suas transformações. Por exemplo, ao se confrontar o pensamento científico convencional com uma matriz de pensamento alternativo, nota-se que o convencional é um produto das relações entre ciência e sociedade, que em sua maioria, não questiona o sistema e sua ordem e busca modos de legitimá-lo. Já o pensamento alternativo, mesmo os de base científica, buscam em sua maioria a mudança da ordem social existente.

Entendendo que o paradigma do fim do campesinato no mundo seria uma perspectiva teórica já ultrapassada, pretende-se, neste ensaio teórico, trazer à luz conceitos sobre o campesinato que contribuem para o entendimento do camponês considerando a sua realidade atual.

Dessa forma, no Capítulo 1 “Debates sobre o Conceito de Campesinato”, é explicitado um recorte histórico sobre as abordagens do conceito de campesinato e da economia camponesa que consideram a amplitude da visão holística camponesa em seus aspectos culturais, sociais, econômicos e ecológicos, e em suas perspectivas tanto materiais quanto simbólicas. Para isso, é utilizada como base de pensamento a Matriz Popular Latinoamericana.

O Capítulo 2 “Atualidades do debate sobre Campesinato” traz abordagens sobre os desafios atuais da manutenção e ressignificação do camponês enquanto ator social transformador e de luta na realidade do campo brasileiro.

No terceiro capítulo intitulado “O Plano Camponês do Movimento de Pequenos Agricultores” é abordada uma síntese do Plano Camponês, construído pelo Movimento dos Pequenos Agricultores, em conjunto com intelectuais e militantes sociais a partir das demandas dos movimentos sociais do campo brasileiro, ressaltando a valorização do conhecimento tradicional, apontando propostas e demandas dos camponeses.

CAPÍTULO 1 DEBATES SOBRE O CONCEITO DE CAMPESINATO

Neste capítulo, pretende-se caracterizar historicamente a evolução do conceito de campesinato, bem como explicitar as diferenças acerca do conceito ao longo da história, como o campesinato é enxergado nas diferentes óticas.

Para a compreensão do sentido holístico do conceito de campesinato, o presente estudo propõe como base a utilização de uma matriz de pensamento que não considere o campesinato enquanto uma categoria subalterna.

1.1 Delimitação do Conceito de Campesinato

Shanin (1980) traz a perspectiva que o camponês, assim como a humanidade, possui o seu desenvolvimento histórico, atravessando diferentes sistemas societários. Nessa perspectiva, o camponês no sistema capitalista não deve ser comparado com o camponês no sistema feudalista, uma vez que o mesmo durante a sequência temporal desenvolveu características culturais novas, entretanto, sua base familiar e sua busca por autonomia se mantiveram. Shanin afirma a importância de

[...] aceitar a existência e a possível transferência dos camponeses “intermodos” é chegar mais perto da riqueza e das contradições da realidade. Dizer isso não é afirmar que os camponeses sob o capitalismo são iguais aos camponeses sob o feudalismo, porque isso não está em questão (pressupõe-se, obviamente, o contrário). O que realmente se quer dizer é que os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário que se operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia. (SHANIN, 1980, p.68-69).

Shanin (1980) trata dos princípios epistemológicos, dos conceitos, das generalizações e modelos de pesquisa em relação ao campesinato, falando que os mesmos não são capazes de retratar a riqueza da realidade de fato, tornando sem sentido perguntas como: “os camponeses são um modo de produção, uma economia ou uma classe?” (SHANIN, 1980, p.70).

Entendendo que o modo de produção, economia e classe não são excludentes entre si, trazendo em suas análises diferentes visões que podem contribuir com entendimento de

campesinato, o autor prossegue com a importância do modo como serão utilizados tais conceitos: “Os conceitos são instrumentos de análise; sua utilidade e utilização estão sujeitas às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de questionamento teórico mais gerais e a seu esclarecimento da realidade”. (SHANIN, 1980, p.70).

Dessa forma, a visão do camponês como modo de produção, acontece devido a uma visão política e que gerará reflexos próprios, assim como enxergá-lo como um sistema econômico ou uma classe social somente, mostrando a necessidade de se analisar o conceito de campesinato por diferentes óticas.

Ainda segundo Shanin (1980), a conceituação da especificidade camponesa reside na admissão de sua complexidade e na possibilidade que o conceito permite ser utilizado para a compreensão das relações reais e as dimensões das opressões vividas no campo, tanto no período histórico como na atualidade, mostrando a importância do debate do mesmo.

A delimitação do conceito de campesinato, deve-se atentar para as dimensões sociais e políticas. Guzmán e Molina (2013) definem o conceito de campesinato como um “pensamento social agrário alternativo”, os autores prosseguem com a explicação deste conceito:

Tal conceito é apresentado pelos discursos que, consciente ou inconscientemente, se encontram por trás dos atores coletivos que configuram o que aqui chamamos “orientações teóricas”, como categorias intelectuais, nas que se articulam explicações e valores sobre algum nível da realidade, geradoras de processos de legitimação ou deslegitimação de determinadas parcelas de tal realidade, neste caso relativa ao campesinato, à agricultura ou à sociedade rural (GUZMÁN E MOLINA, 2013, p.15).

Fernandes (2004) defende que a delimitação conceitual de campesinato seria um exercício político, devendo-se levar em conta a história e a teoria como referenciais, uma vez que a história demarca a natureza do conceito e a teoria demarca as diferentes interpretações a respeito de sua existência e perspectivas. Fernandes (2004) delimita o conceito de campesinato considerando a relação com a base familiar:

[...] o camponês é compreendido por sua base familiar. Pelo trabalho da família na sua própria terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário ou individual. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda sua existência essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-la (FERNANDES, 2004, p.3).

Com relação aos processos históricos e às diferentes interpretações do conceito de campesinato, Fernandes (2004, p.1) explica que:

O processo de formação do campesinato remonta à gênese da história da humanidade. Essa leitura histórica é importante para a compreensão da lógica da persistência do campesinato nos diferentes tipos de sociedades. A existência do campesinato nas sociedades escravocratas, feudal, capitalista e socialista é um referencial para entendermos o sentido dessa perseverança. [...] A coexistência e a participação do campesinato nesses diferentes tipos de sistemas sociopolíticos e econômicos e a sua constância quando do fim ou crise dessas sociedades demonstram que essa firmeza precisa ser considerada como uma qualidade intrínseca dessa forma de organização social. Por essa razão, desde o século XIX, surgiram diversas teorias a respeito da existência e das perspectivas do campesinato no capitalismo. O desenvolvimento dessas teorias por meio de pesquisas e debates políticos acirrados constituiu três distintos modelos de interpretação do campesinato ou paradigmas. [...] O paradigma do *fim do campesinato* compreende que este está em vias de extinção. O paradigma do *fim do fim do campesinato* entende a sua existência a partir de sua resistência. O paradigma da *metamorfose do campesinato* acredita na sua mudança em agricultor familiar.

O autor explica que o paradigma do “fim do campesinato” possui duas leituras, uma baseada “na diferenciação gerada pela renda capitalizada da terra que destrói o campesinato, transformando pequena parte em capitalista e grande parte em assalariado” (FERNANDES, 2004, p.1) a outra leitura seria baseada na suposição “da inviabilidade da agricultura camponesa perante a supremacia da agricultura capitalista” (FERNANDES, 2004, p.1).

Fernandes (2004) considera ainda, como principal debate teórico conceitual a respeito do campesinato do início do séc. XXI, a fundamentação dos diferentes paradigmas citados, sendo que os paradigmas do “fim do campesinato” e do “fim do fim do campesinato” teriam como fundamento a questão agrária e já o paradigma da metamorfose do campesinato teria como fundamento o capitalismo agrário. Tais relações são importantes para entender o desenvolvimento das políticas públicas do campo e o entendimento das diferenças/semelhanças entre agricultura familiar e campesinato.

Segundo Sabourin (2009), a economia camponesa no Brasil é integrada pelas próprias formas de produção, mobilizando as forças de trabalho sociais e os valores das comunidades locais, desta forma, a economia camponesa não estaria ligada estritamente ao autoconsumo, mas aos circuitos internos e externos à comunidade local. O autor apresenta como hipótese a existência de uma agricultura camponesa brasileira que

mantém uma tensa relação de autonomia com o mercado capitalista e que reconfigura estruturas de reciprocidade constantemente nas dimensões material e simbólica.

A reprodução da sociedade e das unidades familiares de produção tem por base uma série de práticas, sujeitas a regras coletivas marcadas pela reciprocidade: uso de recursos comunitários, transmissão intergeracional de bens (doação de animais, terras, dotes, e dotações), transmissão do saber pela família e pelas redes sociais. (SABOURIN, 2009, p. 24).

Marques (2008) entende o conceito de campesinato dentro da realidade brasileira como uma classe social e não apenas um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo vida, ressaltando ainda que tal conceito possui sua história relacionada às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e do desenvolvimento capitalista do campo, atribuindo ao campesinato um conceito com uma densidade histórica de um passado de lutas do campo e futuro como possibilidade. O conceito definido pela autora nos mostra um histórico dos processos sociais e políticos que ocorreram no campo, refletindo no espaço as suas contradições.

1.1.1 Condição Camponesa

Ploeg (2008) define que a condição camponesa seria caracterizada pela luta por autonomia, encontrando a sua maior expressão na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos associada a formas sustentáveis de desenvolvimento, onde o modo camponês de se fazer agricultura formaria uma contraposição ao modo empresarial e industrial, baseados na lógica camponesa da cooperação, reciprocidade e manejo compartilhado de recursos e mercados.

Para falar do lugar que os camponeses ocupam na sociedade podemos utilizar o conceito de condição camponesa. A agricultura camponesa (ou o modo de produção camponês) tem origem e está imersa nessa condição. A condição camponesa consiste na luta por autonomia e progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação (PLOEG, 2009, p.18).

Ploeg também cita Goudner, para explicar que a condição camponesa se consistiria em:

[...] um conjunto de relações dialéticas entre o ambiente hostil em que camponeses tem de agir e suas respostas ativamente construídas, as quais

visam criar graus de autonomia para enfrentar as relações de dependência, as privações e a marginalização implícitas nesse ambiente (GOUDNER, 1978, apud PLOEG, 2008, p. 285).

O autor considera ainda, que um dos aspectos típicos da condição camponesa se define como o desenvolvimento de uma base de recursos, permitindo uma “co-produção entre homem e natureza”, onde a construção e manutenção de uma base de recursos autônoma, auto-controlada, integrada e de múltiplo uso, seria a chave para a reprodução do modo de produção camponês, e conseqüentemente a sua autonomia, ou o poder de agência sobre o curso de suas vidas (PLOEG, 2008).

1.2 Matriz de Pensamento Popular Latinoamericano

Utilizando-se de marcos teóricos do pensamento social agrário alinhados a uma práxis intelectual e política “contra o capitalismo”, mesmo quando interpretações socialistas de correntes diversas atribuem ao campesinato um viés progressista ou reacionário desde o século 19 até os dias atuais, Guzmán e Molina (2013) defendem que essa pluralidade teórica cria uma possibilidade de enfrentar a ofensiva neoliberal que ocorre tanto na academia como na política da América Latina e que considera inevitável a evolução da agricultura familiar para o agronegócio no contexto atual da agricultura industrializada, mesmo com o campesinato sendo responsável por grande parte da produção de alimentos.

Guzmán e Molina (2013) trazem a interpretação dos processos históricos ocorridos na América Latina ao traçar estratégias metodológicas que permitem rastrear as memórias sociais dos ditos vencidos e as construções de identidade desses grupos, nesse caso o campesinato. Através dessa contextualização, os autores inferem processos históricos de uma matriz sociocultural especificamente latino-americana, sendo que o primeiro desses processos seria a diversidade das formas de luta e resistência a invasão européia ocorrida no século XVIII na América Latina. Prosseguindo nesta linha de pensamento:

O segundo processo abarca o primeiro terço do século 19, compreendendo a conjuntura histórica da dinâmica da emancipação americana. Aqui, a reflexão histórica concluiria mostrando como a descolonização se realizou numa forma incompleta na prática da totalidade do território que hoje constitui a América Latina. O processo nunca chegou a se concluir já que, ainda que se obtivesse a independência dos reinos ibéricos, nunca se chegou

a eliminar a estrutura interna da colônia, mantendo-se o domínio ideológico do Ocidente (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.18).

Tal domínio ideológico citado gera, ainda hoje, como consequência um entendimento homogêneo dos processos históricos no campo, pois tomam como base o centro urbano como forma de civilização e consideram o campesinato como obstáculo.

Já o terceiro processo, ocorrido na segunda metade do século 19, através da consolidação do liberalismo e do socialismo na Europa e a construção da independência na América Latina, onde as resistências populares aos projetos oligárquicos que visavam transformar os povos nativos sobreviventes em trabalhadores, foram consideradas como regressivas ou antiprogressistas, tornando as rebeldias populares como irracionais visto o caminho a ser trilhado pelos centros civilizados, tanto liberais quanto socialistas (Guzmán e Molina, 2013). Reforçando a visão de que o campesinato estaria fadado ao desaparecimento.

Para se contrapor a essa totalização é necessária a compreensão de alguns elementos considerados na matriz de pensamento popular latino-americano:

Os elementos centrais em que aparecem os contornos da matriz de pensamento popular latino-americano são: 1. a existência de etnicidades profundas negadas por um marco de legalidade no que se constrói um imaginário que nega, igualmente, o reconhecimento social da mestiçagem; 2. a partir da homogeneidade de uma elite crioula, de origem europeia; 3. que controla as bases legais e morais das formas históricas de dominação política. No amplo mapa latino-americano, persiste uma sincronia manifestada pelas realidades políticas e pela homogeneidade das classes privilegiadas. No entanto, frente a isso, aparece uma 4. heterogeneidade sociocultural nas classes oprimidas, portadoras de 5. Diferentes formas de conflitividade latente vinculadas à heterogeneidade sociocultural, articuladas não poucas vezes a um catolicismo popular (como sincretismo das crenças ancestrais das cosmovisões de suas etnicidades profundas) com um potencial liberador (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.19).

A existência dessa matriz sociocultural de pensamento latino-americano pode contribuir para a valorização ou revalorização de formas pré-existentes e resistentes que foram negadas pelo poder dominante das oligarquias e dos efeitos de discursos científicos que legitimam a agricultura industrializada, a biotecnologia e os cultivos transgênicos. O pensamento popular latino-americano nos possibilita um enfoque integrador e holístico na construção de identidades coletivas e posteriormente identidades locais vinculadas a relação com a natureza e seu manejo.

Mostra ainda a diversidade do campesinato e como as relações dos grupos com a natureza possibilitaram a criação de múltiplas identidades, sendo percebidas em diferentes escalas, devido às técnicas e relações desenvolvidas culturalmente, as diferentes pressões externas, mas com aspectos comuns como a relação comunitária e a busca por autonomia. Possibilitando assim a revalorização de conhecimentos locais com aspectos técnicos, entendendo que essas técnicas identitárias situam-se em contextos mais amplos provenientes da matriz de pensamento popular latino-americano e que seriam aplicadas de diferentes formas de acordo com a realidade local dos diferentes países, regiões e etnoecossistemas (GUZMÁN e MOLINA, 2013).

1.3 Estudos clássicos do campesinato

Essa seção tem por objetivo trazer traços e definições que envolvem o conceito de campesinato com correntes teóricas em que as relações sociais são valorizadas em contraponto às correntes que valorizam as relações econômicas.

1.3.1 O Narodnismo Russo

Segundo Guzmán e Molina (2013) o narodnismo constitui a primeira corrente de pensamento intelectual definida como antiga tradição dos estudos campesinos, surgido através da teoria social agrária que era debatida na Europa no século XIX e através da aplicação da teoria marxista na Rússia. Segundo os autores, tentava-se estabelecer o manejo autônomo de recursos naturais, da política e da administração de comunidades rurais, para se contrapor ao desenvolvimento do capitalismo na Europa e as exigências do progresso material em detrimento das causas sociais.

Guzmán e Molina (2013) explicam que no narodnismo coexistiram diferentes orientações teóricas que propunham um modelo de desenvolvimento econômico não capitalista, tendo como protagonista o campesinato.

Apesar de sua marcada diversidade, os dois traços que caracterizam seu pensamento global são: por um lado, sua rejeição à propagação do capitalismo que já atingia uma dimensão hegemônica na Europa ocidental; e por outro, a assunção e o desejo de que a Rússia saltasse a etapa capitalista

para atingir uma sociedade mais justa, socialista, sem a desorganização do campesinato (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.25).

Ainda segundo Guzmán e Molina (2013) os teóricos do narodnismo passaram a considerar o bem-estar do povo como variável de análise principal, através de esquemas teóricos que admitiam diversas vias “na rota para o progresso do processo histórico” (Guzmán e Molina, 2013, p.25), ao subordinar os objetivos do progresso ao bem-estar do povo. Esse populismo russo fica expresso na citação:

Um terceiro traço do populismo russo, plenamente expressado pela Vontade do Povo (*Narodnaya Volya*), era a admissão de que o Estado tsarista era o maior inimigo do povo russo, já que, enquanto na Europa ocidental eram as classes latifundiárias que exploravam o campesinato, na Rússia era o próprio Estado que defendia e criava as classes exploradas contemporâneas, convertendo-se assim na principal força capitalista (Guzmán e Molina, 2013, p.25).

Essa perspectiva da exploração do estado tsarista sobre os camponeses foi usada como forma de mobilização para as lutas revolucionárias.

Segundo Teodor Shanin (1984, p.8-9 apud Guzmán e Molina, 2013, p.25-26):

[...] o desenvolvimento desigual ia levar a Rússia a uma posição proletária entre as nações ao observar as desvantagens desta com respeito às potências do Oeste. Isso fazia necessário um salto revolucionário, para qual o atraso podia se transformar numa vantagem; mais ainda, em privilegio revolucionário.

Essa vantagem fica expressa na valorização da autonomia dos sistemas camponeses, da ética de seu convívio social e na visão de solidariedade com a comunidade.

Guzmán e Molina (2013, p.26) definem o narodnismo russo como:

Num esforço de síntese, o narodnismo russo pode ser definido como uma práxis intelectual e política que elabora uma estratégia de luta contra o capitalismo caracterizada pelos seguintes traços: 1. os sistemas de organização política gerados no seio do capitalismo constituem formas de submissão e dominação sobre o povo, o que cria uma minoria que pretende se legitimar mediante falsas fórmulas de participação democrática; 2. os sistemas de legalidade assim estabelecidos desenvolvem uma prosperidade material que vai contra o desenvolvimento físico, intelectual e moral da maior parte dos indivíduos; 3. nas formas de organização coletiva do campesinato russo, existia um estado de solidariedade contrário à natureza competitiva do capitalismo; 4. era possível frear o desenvolvimento do capitalismo na Rússia mediante a extensão das relações sociais do coletivismo camponês ao conjunto da sociedade; 5. os intelectuais críticos devem se fundir como o povo para desenvolver como ele, em pé de igualdade, mecanismos de cooperação solidária que permitam criar formas de progresso às quais se incorpore a justiça e a moral.

Como o narodnismo russo é uma visão anticapitalista, ele coloca uma nova forma de se obter o progresso na qual o bem estar do povo é a variável principal e na qual a sociedade russa não precisaria passar pelo sistema capitalista e a sua posterior degradação para alcançar um viés mais socialista.

Deve-se evitar o entendimento de que progresso está associado a um alto grau de utilização de tecnologias e que constitui via única a ser trilhada pelas populações.

O progresso tem de ser medido pelo impacto das transformações técnicas e sociais nas classes trabalhadoras – incluído, obviamente o pequeno campesinato – pelo que tal conceito tem de incorporar a ética para poder ser realmente científico. Essa teoria se encontra aliás, dentro de um contexto teórico mais amplo: a sociologia subjetiva, que parte do axioma de que a história não segue leis objetivas, mas é possível selecionar, dentre a massa amorfa de dados históricos, a via a ser seguida pelo nosso ideal social (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.28).

Tal afirmação mostra que as pessoas com senso crítico na academia juntamente com o povo e tendo como base a organização autônoma do campesinato, através de mecanismos simples de cooperação, poderiam evitar a uniformização da sociedade buscada pelo capitalismo e construir um “progresso real”.

1.3.2 - O Anarquismo Agrário

Outra corrente teórica de estudos do campesinato que pretende-se ressaltar é o Anarquismo Agrário.

Guzmán e Molina (2013, p. 30-13) trazem uma definição para o movimento anarquista:

O movimento anarquista pode ser definido como um sistema de pensamento aberto e nada rígido, compartilhando com outras correntes radicais diversos elementos de seus pressupostos filosóficos, da crítica à sociedade atual, bem como do modelo de futura sociedade ideal; distingue-se por alguns traços teóricos comuns que se concretizam na negação do Estado e na busca do estabelecimento de inter-relações humanas na base da cooperação voluntária expressa mediante pactos livres, do ponto de vista da práxis política (GUZMÁN e MOLINA, 2013,p.30-31).

O entendimento do campesinato em uma perspectiva anarquista ocorre pelo seu potencial próprio de autogestão, sentimento de coletividade, pertencimento e a idéia da terra como algo comunal. Essas idéias ficam explicitas na Agronomia Social proposta

por Chayanov em que a união de intelectuais com uma visão unitária com os camponeses e movimentos sociais conseguiriam valorizar e desenvolver práticas que melhorassem a qualidade do trabalho e possibilitassem maior autonomia ao suprir as demandas das comunidades rurais.

Bakunin (1976, VI, p.372 e seguintes, apud Guzmán e Molina, 2013, p.32-33) trazem o conceito de zonas vazias do capitalismo para refletir sobre a autonomia de gestão das comunidades camponesas e a capacidade de autosuficiência:

Para Bakunin, as zonas vazias do capitalismo permitiam gerar uma revolução que culminaria numa Europa socialista. Essas eram a periferia europeia, onde ainda existia o ideal proletário dos países latinos. O campesinato russo possuía os elementos capazes de gerar essa dinâmica revolucionária. O núcleo central de tais elementos se baseava na convicção “de que a terra pertence ao povo que a trabalha”.

A propriedade da terra era, portanto, algo coletivo que não admitia a apropriação individual. O conceito de propriedade capitalista não tinha sentido para a terra dentro da cultura camponesa russa. Igualmente, “o uso da terra não pertence ao indivíduo, mas a comunidade” (GUZMÁN E MOLINA, p. 32); é esta, portanto, que atribui a seus membros a utilização da terra para que obtenha seus meios de vida. Os critérios de tal distribuição constituem parte da ética camponesa, que faz parte de uma lógica econômica alheia ao capitalismo e as formas de concorrência que introduz no sistema de valores da coletividade.

Nesse mesmo olhar sobre a ética coletiva dos camponeses, os autores ainda ressaltam:

São de ressaltar as contribuições de Kropotkin ao debate sobre a propriedade comunal, sobretudo aquelas que se centram na dimensão ética das formas e instituições comunais, criadas a partir da sociabilidade humana, como mecanismo de sobrevivência e luta em condições desfavoráveis de existência, e no papel do Estado, enquanto agente classista de dismantelamento e destruição de formas e instituições nascidas de uma perspectiva de solidariedade e cooperação humanas. (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.35).

A criação de redes de solidariedade nas formas de organização do campesinato pode ser considerado um fator de resistência, visto o papel intencional do Estado, a partir de interesses classistas, para se extinguir as comunidades rurais. Quando ocorre uma maior valorização do conhecimento local se observa a possibilidade do desenvolvimento de diversas formas de progresso, constatando-se na ocorrência de formas de produção distintas dentro do sistema hegemônico.

Diferentes medidas por parte do Estado tentando extinguir a perspectiva comunal e cooperativa dos camponeses, favorecendo a expropriação no campo e a exploração dos trabalhadores da terra, “gerando formas de polarização social nas quais se produz um processo acumulativo de formas de exploração social” (GUZMÁN E MOLINA, 2013, p.50) refletidas na história primeiramente pela escravidão, sucedida pela servidão e na atualidade no trabalho assalariado.

1.3.3 Agronomia Social de Chayanov

Segundo Chayanov (2014) a condição dos camponeses não pode ser medida por categorias de análise capitalistas devido à ausência do trabalho assalariado e das formas de troca mercantis que não envolvem trocas monetárias, assim como em períodos anteriores onde a exploração dos camponeses pela servidão ou escravidão também tornam ausente a categoria salário.

Houve sistemas passados, como servidão na Rússia ou a escravatura na América, que colocam o problema de saber se os conceitos do pensamento econômico contemporâneo (capital, lucro, renda, salário) lhe são aplicáveis. Enquanto categoria econômica no sentido moderno do termo, o salário estava evidentemente ausente dos sistemas que acabamos de citar; com ele desaparece também o conteúdo teórico habitual das outras categorias do nosso sistema econômico nacional, pois a renda e o juro, enquanto construções teóricas, estão indissoluvelmente ligados ao salário. Além disso, uma observação deste gênero permite-nos adquirir uma categoria totalmente ignorada pela economia moderna: o preço dos escravos. (CHAYANOV, 2014, p.100-101).

Segundo Wanderley (2014), a teoria de Chayanov tem como eixo central a afirmação de que “[...] a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno, que a tornam diferente da unidade de produção capitalista” (WANDERLEY, 2014, p.142), pois a estrutura familiar na produção agrícola não tem como base a exploração da mais-valia e sim o esforço da própria família em consonância com sua base de recursos.

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra (CHAYANOV, 1974, p.137, apud WANDERLEY, 2014, p.137).

Uma das novas vertentes do pensamento agroecológico, que traz a valorização da autonomia do campesinato e o potencial revolucionário da categoria para a mudança da estrutura social, baseia-se no conceito da Agronomia Social (GÖRGEN, 2017; STEDILE, 2016; CARVALHO, 2014; GUZMÁN E MOLINA, 2013; PLOEG, 2016), onde a valorização das práticas agrícolas culturalmente desenvolvidas são utilizadas para potencializar os etnoagroecossistemas, a interação entre as comunidades camponesas são valorizadas para gerar autonomia no processo produtivo e no fornecimento de alimentos, fazendo com que demandas diferentes sejam supridas pelo intercâmbio intercomunitário.

CAPÍTULO 2 ATUALIDADES DO DEBATE SOBRE CAMPESINATO

Neste capítulo serão abordados os debates sobre as diferentes interpretações sobre o conceito de campesinato e a influência nas políticas públicas, bem como tais visões influenciam na configuração do campo brasileiro. Para isso, inicialmente é trazido uma contradição ocasionada pelo campesinato dentro do sistema econômico hegemônico. Na sequência, são apresentadas as conseqüências desse discurso no Brasil e os vieses alternativos como a visão do campesinato pela agroecologia.

Nesse sentido, partindo-se do princípio que a categoria campesinato, por apresentar uma base de recursos autônoma, com relações sociais próprias, ela se cria, recria e reproduz independentemente do sistema econômico e social. Segundo Oliveira (2007), o campesinato estaria se recriando e se reproduzindo mesmo dentro do modo de produção capitalista, mostrando uma contradição dentro do próprio capital que cria e recria relações de produção não capitalistas.

Ainda segundo o autor, o capitalismo modificou as necessidades tanto da população urbana quanto da população rural, tirando o poder das unidades de produção camponesa e os marginalizando nesse sistema. Dessa forma, podemos inferir que os camponeses estão perdendo a autonomia com a transformação das relações de consumo, onde há perda da proximidade entre o produtor e o consumidor. Esse processo foi intensificado pelo neoliberalismo e pelo processo de globalização.

Ploeg (2008) aborda o papel do campesinato no contexto da globalização em relação aos grandes mercados agrícolas e às multinacionais da agroindústria que exerceriam a organização e a gestão do território em que se instalam, de forma a impactar negativamente o espaço em que se inserem, criando barreiras para outras dinâmicas de uso, acesso e concepção da terra, práticas agro culturais e de organização rural não propriamente agroindustrializadas.

Atualmente existem várias formas de produção agrícola, sendo elas capitalistas ou não. Ploeg (2009) define três tipos de agricultura: capitalista, empresarial e camponesa, sendo a agricultura capitalista aquela baseada na relação salário – trabalho, agricultura essa que se torna parte integrante da indústria; a agricultura empresarial seria aquela que depende de insumos externos à propriedade e depende de capital financeiro para custear a produção, artificializando a produção ou se industrializando e afastando-se da natureza; as características da agricultura camponesa estariam ligadas principalmente a

sua relação com a natureza e o desenvolvimento do capital ecológico, na qual a sua autonomia de insumos externos possibilita independência do mercado e a possibilidade da construção de circuitos locais.

O camponês, por mais que esteja inserido em um sistema não capitalista, sofre influência do capitalismo, porque existe e se reproduz nas brechas do sistema. A questão do circuito local seria uma visualização dessas brechas do sistema, como exemplo pode-se citar as feiras livres, onde a agricultura camponesa supre uma demanda dos consumidores que a agricultura capitalista não engloba.

O desenvolvimento agrário brasileiro tem como base a agricultura mercantil capitalista. Levando ao aumento da concentração de terras, à criação de políticas voltadas aos grandes monocultivos e aos pacotes tecnológicos.

2.1 O campesinato e a sua relação com o Desenvolvimento Agrário Brasileiro

Alentejano (2000), em sua análise do setor agrícola brasileiro logo após a implantação do PRONAF, considera o caráter estruturalmente excludente da proposta governamental implantada, uma vez que as ações visando a modernização da agricultura familiar se voltavam para a parcela de agricultores familiares considerados de situação intermediária ou em transição, em detrimento dos agricultores que não possuíam terras, capital ou qualificação suficiente para acompanhar o processo.

Porto-Gonçalves & Alentejano (2009), consideram a questão da reforma agrária um tema ainda conflituoso, uma vez que a continuada expansão do agronegócio força também a incorporação de novas terras, lançando mão de todos os mecanismos que dispõe: os de mercado, políticos e a violência, formando a mobilização da sociedade em luta pela terra de trabalho e de vida.

Fernandes (2008), em sua análise da questão agrária no Brasil e dos processos de territorialização e desterritorialização das populações indígenas, quilombolas e camponeses no cenário rural brasileiro, acredita que os resultados das políticas públicas de cunho integralizador, que buscavam universalizar camponês e agricultor familiar, se tornam essencialmente excludentes por atender a somente um tipo de produtor, aquele ligado ao mercado. Porém, segundo o autor, na visão capitalista, esse cenário excludente seria propício para o desenvolvimento territorial, mesmo gerando desigualdades. O

autor ainda acredita que as desigualdades geradas produzem um ponto positivo em se tratando do cenário de resistência camponesa ao propiciar o fortalecimento das relações sociais dentro das comunidades camponesas.

Os autores supracitados nos mostram como o cenário rural brasileiro é desigual e as formas que foram utilizadas para retirar a autonomia do produtor de base familiar, seja pela desconstrução das relações sociais existentes ou pela modificação dos hábitos de consumo da população de um modo geral.

O modo de produção agroecológico pode ser entendido como uma das formas de resistência desenvolvidas através das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista.

2.2 Campesinato e Agroecologia

Com a valorização das pautas socioambientais devido ao agravamento da crise ecológica causado pelo modo de produção capitalista, temos como via de solução o manejo ecológico dos recursos proposto pela agroecologia, onde a dimensão social e política estão presentes, e a agricultura sustentável proposta é baseada no “modelo camponês em sua busca por uma soberania alimentar” (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.16).

Alguns conceitos facilitam a visualização dessa dimensão social e política e corroboram no entendimento das relações que os diferentes tipos de camponeses desenvolvem com a natureza e a importância do fortalecimento das identidades locais para a autonomia do campesinato. Um desses conceitos se refere ao potencial endógeno:

O conceito de potencial endógeno em agroecologia faz referência, não só ao plano de conhecimento local que possui um indivíduo sobre seus agroecossistemas, mas também ao grau de compromisso que possui com a identidade vinculada a referido conhecimento e as comunidades locais que o compartilham. Isto é, à identificação que os sujeitos estabelecem com os conteúdos históricos de suas próprias experiências vinculadas com as de seus antepassados, que sem dúvida possuem uma articulação com seus agroecossistemas. O grau de identificação dos agricultores com a matriz sociocultural, gerada em sua interação com seus recursos naturais, constitui a dimensão agrária do endógeno. Nesse sentido, descrever a aparição de uma ética e de uma cultura alternativa à racionalidade globalizadora que esteve e está presente em muitos movimentos camponeses. Esse é o ponto de partida de qualquer estratégia de desenvolvimento rural sustentável, no que aparece uma propensão à mudança baseada na resistência camponesa, com sua estrutura organizativa que estabiliza e organiza a reivindicação e o leva para diante de maneira autônoma e participativa; não é a única via, o Estado pode

realizar algo parecido, mas à vista do que faz o Estado na América Latina e a lentidão com que aborda o problema da reconversão ecológica da produção agrária no Ocidente, é imprescindível a presença e o empuxo de movimentos sociais camponeses e/ou ecologistas (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p.17).

Podemos dizer então que o conceito de potencial endógeno estaria relacionado aos conhecimentos acumulados culturalmente, através da relação entre o camponês e a natureza, que propiciou o desenvolvimento de uma forma de agricultura sustentável e autônoma.

Nesse sentido, observamos que o capital ecológico proposto por Ploeg (2009) dialoga nesse mesmo contexto do camponês e sua relação com a natureza, onde a construção e desenvolvimento deste capital ecológico possibilitariam autonomia frente ao modo de produção capitalista que desvirtua as relações de consumo e torna o agricultor dependente do pacote tecnológico de sementes e insumos.

Dessa forma, a valorização dos saberes e práticas locais, a manutenção de sementes e seleção de espécies, o trato com a terra de forma geral, fazem com que os camponeses não tenham no mercado a maior parte da sua renda desprendida, visto que os meios e os insumos constituem parte do capital ecológico.

O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico a empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês (PALERM, 1980, p.196-197, apud, GUZMÁN E MOLINA, 2013).

As culturas tradicionais tendem a desenvolver formas corretas de apropriação dos recursos, contrapondo-se aos sistemas tidos como modernos, explicitando uma racionalidade ecológica nas culturas tradicionais, sendo que essa protoforma do sistema camponês baseia princípios da agroecologia. Sabendo que existem práticas das culturas tradicionais que também são impactantes do ponto de vista ecológico, mas em sua maioria essa aproximação com a natureza leva a uma visão mais racional da apropriação dos recursos, o papel atrelado a agroecologia nesse sentido é valorizar as práticas ecologicamente corretas e buscar novas proposições para as demandas.

A visão dos diferentes conceitos citados como potencial endógeno e capital ecológico, através de uma perspectiva agroecológica nos mostram diferentes formas de relação do

camponês com a natureza, possibilitando a identificação de diferentes formas de camponidade.

[...] o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculadas ao agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos “grados de campesinidad” (GUZMÁN E MOLINA, 2013, p.76).

O entendimento de que existem diferentes “*grados de campesinidad*” mostram a dificuldade de se traçar características comuns a todas as comunidades camponesas. Dificultando o surgimento e a sustentação de teorias que deem conta das mudanças nos aspectos comuns do campesinato e suas causas visto que o campesinato é um grupo social milenar e diverso.

As formas alternativas de cultivo nos revelam as diferentes relações que o camponês estabeleceu com a natureza, sendo que essas formas sempre buscam gerar autonomia, e ao conseguir autonomia é garantida a reprodução do modo de vida camponês.

Pode-se dizer que formas alternativas de cultivo, ou seja, intervenção direta no processo produtivo se constitui como resistências garantidoras da reprodução camponesa que ao serem perpetuadas e repassadas tendem a gerar novas unidades camponesas e façam com que ocorra uma organização entre si. Essas alternativas buscam uma alteração do global através do local, principalmente quando atreladas a sustentabilidade, desmistificando a ideia da existência de cartilhas universais para soluções de problemas, se posicionando contrária a padronização imposta pelo neoliberalismo. Essa resistência camponesa é força geradora de grande parte da produção de alimentos devido a sua ética própria que tende sempre a aumentar a produção, baseada no seu trabalho familiar e na melhora da qualidade do trabalho, reduzindo os custos através de práticas alternativas e valorizando ainda mais o capital ecológico, isso associado ao seu papel de luta por afirmação e arranjos institucionais que garantam minimamente recursos e valorização da pluriatividade que lhe garantirá continuar produzindo mesmo sob dificuldade. Considerando a história agrária brasileira e a diversidade social que temos com diferentes etnias indígenas e quilombolas, trabalhadores rurais, arrendatários, parceiros, colonos, ribeirinhos, geraizeiros, pequenos proprietários, dentre outros, as formas de relação com a natureza e a apropriação dos recursos ocorre de forma diferenciada, visto que a pressão ao qual são submetidos os grupos também ocorre de forma desigual, porém “o objetivo essencial das relações sociais é a satisfação das necessidades materiais. Isso requer e requereu sempre a apropriação dos recursos naturais para a produção de bens com um valor de uso histórico e culturalmente dado” (GUZMÁN E MOLINA, 2013, p.78 e 79).

Essa apropriação diferenciada dos recursos pelos distintos atores sociais e a crise ambiental atual, mostram a necessidade da apropriação dos recursos em uma visão camponesa. Que apesar de suas transformações e evoluções, mantém uma raiz histórica

atrelada à forma de manejo dos recursos e o trabalho aplicado a uma lógica ecologicamente viável, tornando possível dizer “camponeidade” ou grau de “camponeidade” com relação aos grupos sociais de produtores, através de indicadores:

[...] a) energia utilizada; b) escala ou tamanho do âmbito espacial e produtivo de seu manejo; c) autossuficiência; d) natureza da força de trabalho; e) diversidade; f) produtividade ecológico-energética e do trabalho; h) natureza do conhecimento e, por último; i) cosmovisão (TOLEDO, 1995, apud, GUZMÁN E MOLINA, 2013, p.79).

Explicitando que existem diferentes grupos de camponeses com diferentes perspectivas de interação com a natureza, gerando pautas distintas nos movimentos sociais do campo, a partir do entendimento que houve uma degradação da condição camponesa e que nos dias atuais os mesmos se encontram em diferentes graus de camponeidade, mas alguns traços característicos são observados como a busca por autonomia, a valorização da base familiar, o sentimento de comunidade e pertencimento.

2.3 Campesinato e Agricultura Familiar

Wanderley (1996) defende que a agricultura familiar não seria uma categoria social recente, porém a utilização recente do termo com novas significações e atribuições políticas, assumiria um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno. A autora acredita que o campesinato tradicional seria uma forma particular de agricultura familiar, nas relações entre propriedade, trabalho e família, porém, ressalta que nas sociedades modernas, multiplicaram-se outras formas de agricultura familiar não camponesas, que seriam aquelas que estariam se adaptando ao novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente devido aos impactos das transformações de caráter mais geral como: a importância da cidade e da cultura urbana, a centralidade do mercado, a globalização da economia.

De acordo com Ploeg (2008), a Recampesinização seria o fluxo de pessoas para a vida camponesa, vindos de outras organizações sociais e condições de trabalho, que tornam-se camponeses quando fixados no espaço rural para adquirirem ou produzirem alimentos, seja para autoconsumo ou comercialização, existindo portanto, em forte diálogo com as migrações do urbano ao rural, assim como às novas ruralidades

emergentes, que também se inserem nos movimentos socioambientais e da busca da melhoria da qualidade de vida no campo, ao mesmo tempo que, auxiliam na própria reprodução do campesinato. O processo de recampesinização não estaria ligado, de forma alguma, com um mero ‘retorno ao passado’, e sim a uma ativa reconstituição de relações e elementos velhos e novos, materiais e simbólicos. (PLOEG, 2008).

Segundo Fernandes (2016), houve na América Latina uma substituição do conceito de campesinato por agricultura familiar nas políticas públicas de desenvolvimento rural, excetuando-se Cuba, sendo que no Brasil, os movimentos sociais ligados à Via Campesina, comumente utilizam o conceito de campesinato e agricultura familiar com o mesmo sentido.

Essa substituição a que se refere Fernandes, mostra a necessidade de um debate sobre os conceitos e o resultado de suas aplicações no desenvolvimento agrário, uma vez que “a discussão sobre os conceitos tem um papel importante dentro do debate paradigmático, porque trazem à luz as intencionalidades dos pensadores e revelam suas posições políticas” (FERNANDES, 2016, p.315).

Fernandes (2016) traz a diferenciação entre o paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário:

O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (Fernandes, 2008; 2009). O paradigma da questão agrária está disposto em duas tendências: a proletarista que tem como ênfase as relações capital trabalho e a campesinista que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital. Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e podem ser superadas por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nessa lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que nos diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma (Abramovay, 1992). Este paradigma possui duas vertentes, a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual. Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato (FERNANDES, 2016, p. 317).

Ainda segundo Fernandes (2016) ao se analisar o debate sobre os paradigmas deve-se ter uma postura crítica em relação as políticas de governo, onde encontra-se como base

o paradigma do capitalismo agrário, atendendo somente a parte dos camponeses ou agricultores familiares que estão subordinados ou integrados ao mercado.

Diferentemente do paradigma da questão agrária em que o camponês é um sujeito subalterno que resiste ao capital, no paradigma do capitalismo agrário o camponês é um objeto em sua plenitude, a ponto de sofrer uma metamorfose para se adequar à nova realidade em formação (FERNANDES, 2016, p.322).

Esse domínio paradigmático faz com que se visibilizem mais estruturas conceituais que consideram o camponês como atrasado, arcaico e fadado a mutação para o agricultor familiar, tido como moderno.

Superar a dicotomia entre agricultura camponesa e agricultor familiar é fundamental para a compreensão da luta camponesa contra o capital, afinal, em toda sua existência, o camponês sempre foi agricultor familiar. O sentido da dicotomia é de enfraquecimento político na luta de classes (FERNANDES, 2016, p.326).

Essa afirmação mostra a importância da unificação das pautas de luta dos movimentos sociais do campo brasileiro em torno de uma agricultura camponesa e sua busca por autonomia.

A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente (PLOEG, 2009, p.19).

A luta pela terra, inclusive para os que já têm a posse, constitui-se no ponto em comum de todos os movimentos sociais do campo brasileiro.

CAPITULO 3: O PLANO CAMPONÊS DO MOVIMENTO DE PEQUENOS AGRICULTORES

Neste capítulo, será apresentada uma síntese do Plano Camponês - PC e sua história de construção a partir do livro “Trincheiras da Resistência Camponesa” organizado pelo Frei Sérgio Gørgen e publicado em maio de 2017, pela editora Instituto Cultural Padre Josimo.

O Plano Camponês foi construído pelo Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, em conjunto com intelectuais e militantes sociais a partir das demandas dos movimentos sociais do campo brasileiro, ressaltando a valorização do conhecimento tradicional, apontando propostas e demandas dos camponeses.

O plano camponês em sua essência é: “[...] um projeto para reinventar, reorganizar, revolucionar e reconstruir a agricultura brasileira” (GÖRGEN, 2017, p.431) que se construiu no decorrer de vinte anos de organização do MPA, onde foi realizado a partir de um “processo de construção mental e escrita”, devido às práticas de organização nas bases, aos diversos debates teóricos desenvolvidos, a associação com as práticas produtivas das famílias camponesas, dificuldades e lutas do cotidiano e os desafios da luta por políticas públicas voltadas ao campo. (GÖRGEN, 2017).

O surgimento do MPA é datado nas lutas pela sobrevivência das estiagens de 1996 no Rio Grande do Sul e fortalecido pelo 1º Encontro Nacional de Lideranças que formaram o MPA ocorrido em dezembro de 1997. O primeiro esboço do PC para as formulações de hoje, é registrado no livro “A Resistência dos Pequenos Gigantes” – Vozes – 1998, onde surge como estratégias do movimento o “Projeto de Desenvolvimento Rural e Combate à Fome” (GÖRGEN, 2017, p.434).

Esse projeto de desenvolvimento rural e combate à fome buscava um processo de transformação social, com melhoria da qualidade de vida, intensa participação popular, soluções de problemas concretos, mudanças estruturais transformadoras, novo modelo tecnológico, políticas públicas eficazes para o meio rural, combate à fome e cooperação e associativismo (GÖRGEN, 2017).

Um conjunto de propostas foi esboçado em parceria com estudiosos do campesinato no Brasil, rendendo diversas publicações para uma fundamentação teórica do debate onde as bases do MPA evoluíam para a formulação, a partir de 2005, do chamado Plano

Camponês, que foi propagado internamente dentro do MPA através de cartilhas e livros dando base teórica e material para a militância que se dava através de Encontros Nacionais e Estaduais do MPA, onde foi fomentado os elementos constitutivos do PC.

A história nos mostra que o campesinato é uma realidade, tanto na parte econômica, quanto social e política nas sociedades contemporâneas. “A presença, persistência e ressurgimento do campesinato em diversos modos de produção, inclusive nas experiências de ‘socialismo real’, mostram a atualidade da questão camponesa” (LEAL, 2017, p.443) e se contrapõem a ótica neoliberal propagada hegemonicamente na década de 90, onde o campesinato seria diluído pelo discurso do capitalismo agrário, em que se utiliza a categoria agricultura familiar para designação de produtores em pequena escala e a considera como complementar a agricultura capitalista e subordinada ao agronegócio que prega a integração dos camponeses ao mercado como única forma de sobrevivência. (LEAL, 2017).

Na contracorrente do pensamento que o camponês deve se aliar à agricultura capitalista, o MPA vem desde o ano de 2003, reconstruindo a trajetória histórica da formação do campesinato brasileiro através da identificação de características particulares e gerais e traçando estratégias e bandeiras de luta para a construção do PC, sendo que o mesmo é um projeto político para atender as demandas imediatas para o desenvolvimento do campo e também um projeto capaz de levar o campesinato a cumprir seu papel de transformação social, tendo como elementos centrais “o campo político a que pertence e suas políticas de alianças, os desafios da construção orgânica, as lutas e a sua relação com o Estado e governos” (LEAL, 2017, p.444).

Como elementos constitutivos do Plano Camponês, podem ser citados: a) Soberania territorial e mudança da estrutura agrária; b) Soberania alimentar; c) Sistemas camponeses de produção; d) Soberania do saber; e) Educação camponesa; f) A organização dos camponeses, g) Cooperativismo camponês; h) Políticas públicas para a agricultura camponesa; i) Moradia camponesa; j) Comercialização da produção camponesa e abastecimento popular; l) Nova matriz energética (LEAL, 2017; LEAL et al, 2017).

Na sequência, tais elementos constitutivos do Plano Camponês serão explicitados.

3.1 Soberania territorial e mudança na estrutura agrária

A soberania territorial seria alcançada através da democratização do acesso à terra, em contraposição à concentração fundiária, onde a garantia ao acesso à terra além de diminuir a evasão de jovens do campo, possibilitaria a formação de postos de trabalho e renda, com fortalecimento político de agricultores de produção em pequena escala e comunidades camponesas. (LEAL, 2017).

Ao observarmos a representatividade da bancada ruralista no legislativo e sua influência sobre as políticas públicas e recursos, vemos como a soberania territorial e a mudança na estrutura agrária são fundamentais para dar sustentação ao PC.

3.2 Soberania Alimentar

A soberania alimentar tem como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, variados e em quantidades suficientes para o abastecimento da população em geral, além de estar relacionada a diversidade cultural, diferentes hábitos alimentares, valorização de sistemas locais, respeito ao meio ambiente, garantia de estoque estratégicos, dentre outros. (LEAL, 2017).

Apresenta-se como definição de soberania alimentar pela Via Campesina Internacional:

É o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (VIA CAMPESINA INTERNACIONAL, *apud*, LEAL, 2017).

Mesmo o Brasil sendo grande exportador de grãos e apresentando avanços nos índices de produtividade, ainda não alcançou a Soberania Alimentar, pois apenas a agricultura de base familiar fornece os alimentos com qualidade, além disso os estoques para armazenamento são insuficientes. A alimentação do brasileiro com itens básicos como arroz e feijão, é altamente vulnerável, uma vez que a falta desses estoques ou o controle dos estoques existentes por multinacionais, impedem um possível controle dos preços em situação de abundância ou escassez deixando a população susceptível a essas oscilações.

Podemos observar ainda o alto índice de contaminação por agrotóxicos nos alimentos comercializados e as oscilações de preço de itens básicos. Mostrando que o modelo agrícola hegemônico não atende às demandas da população brasileira e está voltado às multinacionais.

Nesse sentido, o desafio que o Brasil deve enfrentar é o de organizar a produção através de sistemas diversos de produção, com circuitos locais de distribuição, diferente das cadeias produtivas atuais onde toda a população passaria a ser contemplada com uma distribuição adaptada as realidades culturais de cada região. Essa produção seria com práticas agrícolas de forma saudável, livre de agrotóxicos, antibióticos, hormônios artificiais, transgênicos, ou seja, produzida ecologicamente.

3.3 Sistemas Camponeses de Produção (SCP)

Os Sistemas Camponeses de Produção – SCP derivam de um novo paradigma a ALIMERGIA¹, na qual se busca integrar de forma justa e ecológica a produção de alimentos, a produção de energia, os serviços ecossistêmicos e a ocupação popular do território. (LEAL et al, 2017).

Os SCP podem ser organizados das mais variadas formas possíveis, tendo no bioma sua base ecológica, e na cultura camponesa sua base social. Suas expressões mais desenvolvidas buscam articular as Unidades de Produção Camponesas, suas Comunidades e os Territórios, através de novas formas de produção e cooperação, ampliando e controlando a base de recursos e sua autonomia, recuperando os serviços ecossistêmicos, abrindo caminhos para o redimensionamento dos sistemas campo-cidade.

Os SCP são sistemas de produção altamente diversificados, que têm como base social as famílias e as comunidades camponesas. Suas principais características são: a integração da produção animal e vegetal (agrícola e florestal); prioridade na produção para o autoconsumo e para o mercado local e regional; preservação dos recursos ambientais estratégicos como água, solo e biodiversidade; combinação de plantios anuais com plantios perenes; utilização ao máximo, de insumos de origem local, comunitária ou regional. Utiliza os subprodutos de uma produção para a outra, buscando a sustentabilidade geral do sistema pela diversificação da produção. Busca a autonomia genética e tecnológica, e integração de novos conhecimentos e técnicas ao conhecimento já existente, sem deixar que eles desintegram o sistema. (LEAL, et al, 2017).

¹ “ALIMERGIA: paradigma que busca superar a concepção capitalista que resultou no atrelamento militar-industrial da agricultura e no pacote da “Revolução Verde”. A ALIMERGIA objetiva desenvolver novos sistemas agrários com base na síntese da produção de alimentos saudáveis, na preservação e conservação ambiental, na geração de energias renováveis e ocupação popular do território” (LEAL, 2017, p.444-445)”.

O conceito e a prática dos SCP é considerado pelo MPA como uma contraposição ao conceito de cadeia produtiva, uma vez que no conceito de cadeias produtivas está implícita a organização da produção de forma integrada ao mercado, a dependência do capital financeiro, ao aumento de fluxos de mercadoria e subordinação ao mercado, à dependência de insumos energéticos não renováveis e produtora de um passivo ambiental. (LEAL et al, 2017).

3.4 Mudança de Paradigma Científico e Tecnológico

Esse modelo possibilita o controle da produção pelos agricultores, considerando que os mesmos são detentores da tecnologia. O principal objetivo seria de defender em quais princípios esse novo modelo irá se basear, fazendo com que sua direção seja em relação a produção de alimentos saudáveis e em quantidade suficiente para alimentar a população, garantir a saúde de quem trabalha no campo e preservar os recursos naturais para possibilitar sua utilização por gerações futuras (LEAL et al, 2017).

Os elementos centrais do novo modelo tecnológico proposto pelo PC são: a conservação e recuperação do solo; produção de sementes e mudas melhoradas pelos agricultores e pesquisa pública; controle biológico de pragas e doenças; infraestrutura comunitária ou individual que possibilite a independência dos complexos agroindustriais; uma alimentação animal que melhor utilize as pastagens através de pastoreios racionais e que se favoreça a utilização ou produção de insumos para rações na propriedade ou localidade; criação de máquinas adequadas à realidade de cada local; diversificação de culturas; consórcio de grãos com animais e produção vegetal; equilíbrio ambiental buscando um controle natural de pragas; agroindústrias cooperativadas e distribuídas de forma a atender a demanda dos agricultores e garantindo empregos; e pesquisa agropecuária desenvolvida em consórcio com os agricultores e de acordo com as necessidades regionais e nacionais. (LEAL, et al, 2017)

3.5 Soberania do Saber

Segundo Leal et al (2017), a soberania do saber é condição de cada camponesa e camponês – e da classe camponesa – ter seu próprio modo de pensar e interpretar o mundo, dentro da sabedoria camponesa que afirma o lema: “Saber enxergar, saber fazer, saber criar”.

Mostra-se então necessário se pensar na sabedoria como desenvolvedora de capacidades pessoais para a pessoa enquanto trabalhador, produtor de bens e serviços e seres humanos que interagem com a natureza e dela tiram seu sustento e dos demais, o que leva a necessidade de aprendermos múltiplos saberes sobre a terra, as águas, o tempo, as plantas, os animais, os ventos, os ciclos, as técnicas, a vida, a saúde, a política, o poder, a história, os relacionamentos, religião, educação dos filhos, respeito, ou seja, sobre vida, produção, convivência e estruturas de poder. (LEAL et al, 2017)

Dentro da perspectiva do Plano Camponês não basta um conhecimento teórico, apesar do mesmo ser importante, se faz necessário um conhecimento prático que possa ser aplicado em situações cotidianas e gerem certo grau de autonomia a pessoa.

É fundamental saber fazer, saber consertar, saber criar, saber curar. Um saber teórico e prático. Um saber que cria autonomia, que gera respeito e dignidade para toda a classe, que não aceita qualquer humilhação por causa de diplomas e aparências. É a Soberania do Saber. (LEAL et al 2017, p.453-454).

Para se tornar possível a soberania do saber se torna necessário o resgate da sabedoria camponesa, a humildade para se aprender e principalmente o diálogo entre os múltiplos saberes, mostrando que um saber separado do outro se torna parado no tempo e não um saber transformador, que modifica o curso da história e propicia novas realidades. Uma Nação alcança sua soberania do saber ao investir verdadeiramente em educação em todos os níveis, mas não nesse modelo alienante, colonial, que despreza a cultura e os saberes do seu povo em detrimento de outros, essa educação não serve aos interesses nacionais. (LEAL et al, 2017)

3.6 Educação Camponesa

Uma educação camponesa se torna fundamental no contexto de êxodo rural vivido no Brasil:

É fundamental uma Educação camponesa, ou seja, uma educação que esteja ligada à vida dos camponeses e que aconteça nas comunidades onde vivem. Lá onde moram, trabalham, se divertem e celebram sua vida. As políticas de esvaziar o campo começam cedo, desde que as crianças precisam diariamente sair de casa, lá na roça e ir estudar nas escolas pólos das cidades. Educação começa pela garantia de escolas para todos e em todos os níveis, devendo ser um ELO VINCULANTE e AGREGADOR nas comunidades. (LEAL et al, 2017, p. 454).

A educação camponesa deve ser um elo vinculante e agregador nas comunidades, para isso deve estar intimamente ligada à vida dos camponeses e acontecendo nas próprias comunidades onde vivem, moram e trabalham. Tendo em vista que o movimento de pessoas do campo para estudar nas cidades é um fator político que contribui com a evasão de jovens do campo, deve-se ofertar então educação em todos os níveis e localidades, quando ofertada em comunidades camponesas devem valorizar a cultura camponesa, sua identidade e seu papel no desenvolvimento do Brasil, ou seja, uma educação que valorize e fortaleça a relação entre o camponês e a Terra, apresentando currículos específicos voltados a realidade da cultura camponesa, buscando um novo paradigma científico e matriz tecnológica (Agroecologia) e novo modelo agrícola. (LEAL et al, 2017).

Deve-se ser garantido as condições para os jovens camponeses cursarem gratuitamente cursos superiores com pedagogias específicas para atender as demandas da cultura camponesa e da construção da soberania alimentar, fazendo-se necessário a criação de universidades camponesas e ampliando o acesso dos camponeses as atuais universidades. (LEAL et al, 2017)

3.7 Organização dos Camponeses

Segundo Leal et al (2017), uma das fraquezas dos agricultores de produção em pequena escala é a falta ou a pouca organização, mostrando que um dos desafios para se implantar o Plano Camponês está na organização, pois esta é capaz de superar o individualismo e o isolamento ao qual muitos estão submetidos e por isso acabam sendo expropriados pelo agronegócio ou pela especulação.

A organização é forma de resistência, defesa e garantidora da permanência no campo; ao possibilitar associações para investimentos e produções conjuntas, diminuição de custos; troca de experiências, usar de meios de produção não viáveis individualmente, para deter novas tecnologias; possibilitar a criação de indústrias coletivas para agregar valor aos produtos, geração de renda e emprego. (LEAL et al, 2017).

Para isso, é necessário o desenvolvimento de três formas de organização: a Política, a Econômica e a Comunitária. A **Organização Política** está relacionada ao fortalecimento e massificação dos Movimentos Sociais e Sindicais Camponeses possibilitando a luta por políticas públicas que atendam as demandas do campo e possam modificar as relações de poder no campo e sociedade; a **Organização Econômica** ocorre através das formas de associação e cooperação (cooperativas populares, empresas comunitárias, associação de produtores, condomínios de produtores, etc.) que tendem a construir uma nova base econômica associativa capaz de vender diretamente ao consumidor e enfrentar as multinacionais e os atravessadores; já a **Organização Comunitária** seria garantidora das melhorias nas condições de vida para as comunidades camponesas, conscientizando e sendo garantidora de fontes de água potável, escola dentro do viés da cultura camponesa, energia para todas moradias, estruturas comunitárias de comunicação (correio, telefone, internet, rádios comunitárias, antenas de satélite) , estruturas esportivas, de cultura, convivência e lazer, condições básicas de acesso a saúde e saneamento nas moradias e comunidade. (LEAL et al, 2017).

3.8 Cooperativismo Camponês

Para existência de uma cooperativa é necessário que haja um grupo de pessoas com interesses comuns e que queiram se unir para solucioná-los, no caso dos camponeses para se trabalhar e produzir na terra, o que nos moldes atuais se desprende grande esforço e recursos para se obter resultados positivos, devido às dificuldades da compra de sementes, de uma possível industrialização e dos baixos preços pagos ao produtor através de um controle da venda ao consumidor e das relações capitalistas de consumo estabelecidas, mostrando que a união de esforço e recursos podem possibilitar uma nova realidade e facilitar as tarefas.

As Cooperativas Camponesas se propõem a ser Cooperativas administradas de forma democrática, como um instrumento econômico dos Movimentos Sociais, voltadas a criar uma nova alternativa de produção para os pequenos agricultores e assentados, podendo a ela se associarem médios agricultores da região. (LEAL et al, 2017, p.456).

As cooperativas são possibilidades de desenvolvimento regional ao melhorar as condições de vida dos camponeses visando distribuição de renda, agroindustrialização e manutenção da visão camponesa de preservação do meio ambiente.

3.9 Políticas Públicas para a Agricultura Camponesa

Segundo LEAL *et al* (2017), as políticas públicas para a agricultura camponesa seriam ações e políticas que competem aos governos em suas diferentes esferas para desenvolver a agricultura camponesa e a produção de alimentos, gerando distribuição de renda, desenvolvimento do interior do país e construindo uma maior democracia econômica, política e social.

Como exemplos propostos pelo Plano Camponês para políticas públicas podem ser citados: o **crédito subsidiado** para custeio, investimento, projetos integrados, agroindústrias, com fácil acesso, que atenda exclusivamente pequenos e médios agricultores e que seja voltado para a produção de alimentos com o abastecimento interno e setores de exportação estratégicos para o Brasil; **seguro e renda agrícola** dando segurança e proteção aos agricultores em situações adversas de fenômenos climáticos; **assistência técnica** bancada pelo governo, porém com controle social, desenvolvida em parceria com as comunidades alvo, construindo um conjunto de técnicas e tecnologias próprias e respeitadoras da cultura do povo e do meio ambiente no local; **pesquisas agropecuárias** públicas e sobre controle e financiamento público para que interessem e sirvam à população, garantindo independência em relação às grandes empresas multinacionais buscando a preservação do nosso patrimônio genético e que consolidem um novo modelo tecnológico como a agroecologia e aumentem a produção, variedade e qualidade dos alimentos; **empresas públicas** para solucionar problemas no campo como controle de estoques e armazenagem, preservação de sementes e genéticas animais e produção massiva de insumos orgânicos (farelos de rocha, defensivos naturais, compostos, dentre outros); **política de preços** que garantam

reposição dos custos de produção e renda suficiente para a qualidade de vida dos camponeses; **controle de importações agrícolas** garantindo que se produza no país aquilo que temos condição e só importe o que não se produz; **política industrial para a infraestrutura de produção camponesa e mecanização** agrícola através da fabricação de máquinas, implementos, estruturas de armazenamento, conservação de sementes, agroindústrias adequadas à agricultura camponesa e ao modelo tecnológico da agroecologia; **educação e formação profissional** de agricultores e técnicos, utilizando-se de cursos formais e não formais, de escolas técnicas de nível médio, superior e universidades, direcionados para o desenvolvimento da agricultura camponesa e a consolidação da base técnica e científica da agroecologia; **política de armazenagem** para obter estoques reguladores e estratégicos de alimentos; **política de abastecimento** para a população urbana através do estímulo a cooperativas de consumo e formas alternativas de consumo diminuindo a força dos atravessadores no mercado de alimentos; políticas de abastecimento institucional das instituições que recebem alimentação pública (creches, escolas, hospitais, abrigos, albergues, presídios, banco de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e o exército); **melhoria das condições de vida no campo** com maior facilidade de acesso ao atendimento à saúde, previdência social pública, assistência para terceira idade e deficientes, acesso à educação de qualidade e nas comunidades, moradia digna, água potável, energia elétrica, atividades culturais, criação de núcleos rural-urbano, garantia de estradas e vias de acesso em condições boas, infraestrutura para prática de esportes, cultura, comunicação e lazer.(LEAL et al, 2017).

3.10 Moradia Camponesa

O Plano Camponês defende:

Criação de uma Política nacional de habitação camponesa que possibilite moradia adequada a todas as famílias camponesas, de todas as faixas de renda, em todo o território nacional, de maneira desburocratizada, como política social estratégica para conter o êxodo rural, manter a juventude no campo e repovoar as comunidades camponesas, aplicando, em escala crescente, tecnologias de bioconstrução. (LEAL et al, 2017, p. 461).

Pois não basta somente o apoio para a produção é necessário mudar as condições de vida no campo, não se atentando apenas a casa mas também ao seu entorno como

jardins, hortas, pomares, matas e infraestrutura que facilitem a circulação das famílias camponesas, sendo que as moradias devem incorporar o conforto térmico, abastecimento de água e saneamento.

3.11 Comercialização da Produção Camponesa e Abastecimento Popular

O abastecimento popular de alimentos saudáveis e a comercialização da produção camponesa devem ser prioridade e estratégia de governo para garantir autonomia das estruturas de comercialização, armazenamento e estoques reguladores.

Garantir a comercialização da produção camponesa com preços justos é fundamental para aumentar a produção de alimentos saudáveis e fazê-los chegar a todos.

Para isso, o Estado precisa construir políticas rumo a uma estratégia de abastecimento popular, com foco nos circuitos locais e regionais, apoio logístico, aparelhamento das cooperativas e associações camponesas com a estrutura necessária para processos de comercialização, beneficiamento, industrialização, armazenagem, formação de estoques e exportação. (LEAL et al, 2017).

Ou seja, a garantia da comercialização da produção camponesa com preços justos é fundamental para aumentar a produção de alimentos saudáveis e sua distribuição. Deve-se ainda, tratar o abastecimento como questão estratégica com força para se manter acima dos interesses e pressões do mercado.

3.12 Nova Matriz Energética

Segundo Leal *et al* (2017), as principais fontes de energia utilizadas atualmente no campo brasileiro são provenientes de hidroelétricas e derivados de combustíveis fósseis, como é o caso do petróleo, principal fonte energética, utilizado como combustível e base para fertilizantes.

Os autores também consideram que as barragens hidroelétricas trazem enormes problemas sociais aos camponeses e danos ambientais a toda a população, por isso se faz necessário a adoção de um modelo energético alternativo, que incentive a substituição do uso de petróleo por energia renovável: a ser produzida pelas comunidades através de pequenas usinas de produção de álcool combustível; dar

isenções para utilização de energia eólica, solar, biomassa; barragens de pequeno porte; evitar o desperdício no sistema; e não subsidiar energia para empresas multinacionais que demandam alto consumo como a de produção de alumínio. (LEAL, et al, 2017).

A energia é um recurso fundamental no campo para armazenagem, beneficiamento, agroindustrialização e conservação da produção, tornando-se estratégico para o desenvolvimento do campesinato no Brasil, sendo que a garantia de sua disponibilidade e distribuição para as unidades de produção cumpre uma função social fazendo com que tais ações se tornem possíveis através de programas de apoio a produção de energia elétrica e biocombustíveis utilizando-se de associações e cooperativas de pequenos agricultores onde seja proposto. (LEAL, et al, 2017).

CONCLUSÕES

Este estudo não pretende trazer todas as correntes que abordam ou delimitam o conceito de campesinato, muito menos trazer uma delimitação deste conceito, visto que o mesmo é um conceito transistêmico, não delimitável, de um sujeito ou classe que existe há milhares de anos.

Observa-se um dilema no discurso desenvolvimentista do capitalismo na agricultura, onde se considerava que o campesinato estava com seus dias contados frente à intensa mercantilização, mas na verdade o que se nota são mecanismos de resistência e afirmação, mantendo-se sua natureza social.

A autonomia do camponês se reflete não simplesmente no seu modo familiar de produção, na agricultura alternativa ou na conquista e posse da terra, mas se manifesta principalmente no domínio do seu tempo, na observação da natureza e sua interpretação, quando o camponês consegue gerir o seu tempo independente do sistema hegemônico a sua autonomia se garante.

As comunidades camponesas não estão livres de influências externas, porém não são determinadas por elas, fazendo com que se construa um espaço característico da classe que ao serem observados por aqueles que vivenciam a alienação do trabalho, são designados como locais parados no tempo, bucólicos, entre outras adjetivações. Mostrando que a importância da terra para o campesinato não é com relação à renda, mas com a concretização de um modo de vida.

As ideias da agronomia social de Chayanov encontram semelhanças na agroecologia que ganha força na atualidade, ao valorizar conhecimento local e reconhecer essas adaptações ao local como algo científico e fundamental para a manutenção dos etnoagroecossistemas, onde nos discursos da atualidade que pautas ambientais ganharam força, os modos de produção menos impactantes ganham destaque e são propostos como soluções possíveis, nessa situação a agricultura camponesa pode ser cooptada na parte que convém ao capital, ou a sua cultura de cooperação, associativismo e relação com o meio ambiente ser levada ao conjunto da sociedade.

O Plano Camponês esboça uma proposta popular de democracia real, sistema produtivo e econômico, criado por movimentos sociais, onde os princípios estruturantes da sociedade estariam ligados a autonomia, cooperação e manejo racional dos recursos,

uma alternativa para superar o pacto entre o Capital e o Estado e a hegemonia do sistema capitalista que favorecem a concentração fundiária, as políticas de fomento ao agronegócio e o acúmulo de capital.

O Plano Camponês nos mostra a força da sabedoria popular e o conhecimento acumulado pelas diferentes comunidades camponesas e sua capacidade real de transformação do campo brasileiro e por consequência garantir a soberania alimentar ao conjunto da população e gerar uma nova forma de uso dos recursos naturais e uma modificação na ética de convívio de social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.

ALTIERI, M. A. **Agroecología**: bases científicas de la agricultura alternativa. Valparaíso: CETAL, 1985.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Camponês no século XXI** : possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do camponês no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

CHAYANOV, A.V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.). **Chayanov e o camponês**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.

FERNANDES, B. M. Delimitação conceitual de camponês. 2004. [Aula em Grupo de Estudo] Disponível em <
http://www.cdn.ueg.br/source/grupo_de_estudo_e_pesquisa_do_espaco_rural_-_campus_formosa_281/conteudoN/6633/Delimitao_conceitual_de_camponês_Bernardo_Manano_1.pdf>, acesso em 15 de julho de 2017.

_____. Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. In: _____. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224.

_____. **Quando a Agricultura familiar é camponesa**. In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o camponês. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GÖRGEN, Sérgio Antônio, Frei. **Trincheiras da resistência camponesa: sob o pacto do poder do agronegócio**. Candiota, RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de camponês**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LEAL, Marcelo. Uma síntese do Plano Camponês. In: GÖRGEN, Sérgio Antônio, Frei. **Trincheiras da resistência camponesa: sob o pacto do poder do agronegócio**. Candiota, RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017.

LEAL, M.; VALTER, I.S; KRAUSER, R.R. Sistemas Camponeses de Produção. In: GÖRGEN, Sérgio Antônio, Frei. **Trincheiras da resistência camponesa: sob o pacto do poder do agronegócio**. Candiota, RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2017.

MARQUES, M. I. M. . A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente: UNESP, v. 11, p. 57-67. 2008.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais e reforma agrária. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p.185-206. 2001.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. **Rn**, v. 11, p. 1, 2009.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. **Sete Teses Sobre a Agricultura Camponesa**. In: Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. PETERSON, P. (org) Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-32.

_____. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. Editora UNESP, 2016.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.

SHANIN, Theodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão Marxista**. Estudos CEBRAP, nº 26, editora :Vozes, 1980.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: CARVALHO, Horácio Martins de (org.). **Chayanov e o campesinato**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014.